

País abrirá mão de comitê

SÃO PAULO — Os negociadores da dívida externa brasileira têm pronto um telex dispensando o comitê de assessoramento dos bancos de suas funções, e vão ditar unilateralmente as condições de renegociação do débito se não forem cumpridas, por parte dos credores, cinco itens estabelecidos pelo governo. Falta apenas a aprovação final do novo ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, para que a operação seja imediatamente deflagrada: nem os negociadores acreditam que os credores concordem com os cinco pontos.

Essas informações foram veiculadas à noite pelo programa *Dinheiro Vivo*, que foi ao ar pela TV Gazeta em São Paulo, Brasília e Porto Alegre. De acordo com o programa, esse plano havia sido elaborado ainda pelo ex-ministro Bresser Pereira e teria a aceitação do Planalto.

O Brasil, de acordo com essas informações, pretenderia dos bancos privados o refinanciamento de pelo menos 60% dos juros nos

próximos três anos; a desvinculação do desembolso desses recursos de qualquer acordo com o FMI; o apoio formal à tese da securitização de parte de dívida; a fixação de juros no limite de 1% acima da taxa da Libor; e *spreads* mais reduzidos do que os obtidos pelo México recentemente.

Caso isto não se cumpra, na semana que vem o Brasil simplesmente comunicaria ao comitê de assessoramento da dívida — baseando-se em argumentos técnicos — que não mais necessitaria de seus serviços. Seguiriam-se dois passos imediatos: a abertura de um escritório para conversar com banqueiros menores em Nova Iorque, e a emissão de títulos de dívida brasileiros. Os banqueiros maiores seriam recebidos individualmente, para negociação, em Brasília. Com isto, o país ditaria unilateralmente suas condições e iniciaria um longo processo de negociação banco-a-banco, enquanto manteria a moratória.